

Processo: 1207839

Natureza: Representação

Jurisdicionado: Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias de Minas Gerais – Seinfra

À Secretaria do Pleno,

O Sr. Luís Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito de Patos de Minas/MG, Presidente da Associação Mineira dos Municípios, apresentou representação (peças n. 1), com pedido de medida cautelar, contra supostas irregularidades ocorridas no Edital da Concorrência Internacional n. 1/2026, da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias de Minas Gerais – Seinfra, que objetiva “a concessão dos serviços públicos para exploração da infraestrutura, operação, manutenção, recuperação, monitoração, conservação, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário do lote 10 - noroeste, no prazo e nas condições constantes do contrato e anexos do contrato, em especial no anexo do contrato 2 – programa de exploração da rodovia”.

O representante sustentou, em síntese, as seguintes irregularidades:

- i) ausência de delegação, por parte do governo federal ao Estado de Minas Gerais, da exploração de trechos rodoviários federais abrangidos pela Concessão (especificamente trechos das BRs 146, 257 e 365, que compõem o Lote 10 da Concorrência Internacional n. 01/2026), bem como inexistência dos instrumentos formais necessários à materialização dessa delegação, quais sejam o Convênio de Delegação e o Termo de Transferência;
- ii) ausência de conclusão dos estudos e licenciamentos ambientais referentes ao Lote 03 do DNIT, que abrange quilômetros de trechos igualmente constantes do Lote 10 da Concorrência Internacional n. 1/2026;
- iii) deficiências na modelagem técnica, jurídica e econômica da Concorrência Internacional n. 1/2026, destacando-se falhas no projeto de engenharia, que não teria contemplado a duplicação ou a instalação de terceira faixa em pontos críticos, além de prever valor tarifário reputado antieconômico.

A representação foi recebida em 9/2/2026 (peça n. 4) e distribuída à minha relatoria na mesma data (peça n. 9).

De início, considerando a conexão entre as matérias tratadas nesta representação e nos autos n. 1204257, determino o apensamento do presente feito à referida representação (n. 1204257), a qual tramitará como processo-piloto, nos termos dos arts. 236 e 239 do RITCEMG.

Ademais, para que seja possível a análise adequada dos pontos indicados, entendo necessária a solicitação de documentos à Administração Pública, de modo a ser possível que os agentes responsáveis pelo certame possam apresentar esclarecimentos.

Desse modo, determino a intimação, **por e-mail**, do Sr. Pedro Bruno Barros de Souza, Secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, apresente quaisquer esclarecimentos ou justificativas que entender necessários para elucidação dos fatos representados.

Os documentos deverão ser protocolizados exclusivamente via e-TCE.

Determino que seja fornecida cópia ao intimado das peças iniciais (peça n. 1 e n. 2), e que este **seja informado** que, caso não cumpra com o solicitado, poderá ser aplicada multa individual diária de R\$1.000,00 (mil reais) até o limite de R\$10.000,00 (dez mil reais)¹.

Manifestando-se ou não o gestor no prazo fixado, retornem os autos ao meu gabinete.

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2026.

Agostinho Patrus

Relator

(assinado digitalmente)

15 DE JUNHO DE 1891

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

¹ Conforme art. 85, III, da Lei Complementar Estadual n. 102/2008.